

ENSINO NORMAL

Formação de Professores

De todas as grandes questões em atual período de revisão, no sistema escolar baiano, nenhuma sobreleva em importância à da formação do professorado.

O problema do currículum escolar, que preocupa hoje tão absorventemente os educadores e sobre o qual está girando o eixo da escola, é, no fundo, um problema subordinado à formação do mestre.

Sempre fundamental, essa peça da máquina escolar ganhou modernamente um relêvo mais extraordinário, uma vez que a escola se transformou em uma oficina governada por leis científicas de psicologia. Os últimos progressos verificadas na psicologia experimental e educativa, os processos modernos de medida dos resultados escolares, a descoberta das leis do processo educativo, exigem que o mestre hoje seja um especialista.

A formação do professor primário é, sem contestação possível, a formação especializada de um profissional.

Dai a necessidade da escola normal. da escola que forma os professores, ser uma escola profissional.

E uma escola profissional, não se distingue, como diz um educador americano, de uma escola liberal, por uma questão de madureza mental ou de gradação da escola ou de matérias de ensino, - mas, primariamente, por uma atitude da inteligência para com o que se aprende.

Na escola liberal ou de educação geral, a matéria é estudada em relação com o que ela pode fazer com o aluno; na escola profissional em relação com o que o aluno pode fazer com ela.

Em ambas, o aluno adquire conhecimentos, cultiva-se, ganha possibilidade de usar melhor as coisas; mas, na primeira o relêvo essencial é posto no que se adquire e na segunda, no que pode ser utilizado na profissão.

U. D. P. E.

Logo, o problema de uma escola profissional não está nas matérias de estudo, mas no espírito com que elas forem ensinadas. O currículum deve ser organizado tendo-se em vista aquelas matérias que mais diretamente se podem aplicar na prática profissional.

Mas, como de pode vêr, a primeira dificuldade de uma escola profissional é encontrar aqueles mestres consumados na arte de sua profissão que possam ser os guieiros dos noviços que escolheram aquela vocação.

Não se pode organizar uma escola profissional com professores vindos de todas as profissões, sem especialização e sem técnica especial nos segredos, nos processos e dos detalhes da profissão especializada que os cursos visam.

Daí ser tão difícil dar-se entre nós uma nítida feição profissional às escolas normais, que aproximadamente são todas cursos secundários, em que se intriduziu uma cadeira de pedagogia.

A atual lei do ensino pressentiu essa dificuldade preliminar.

E lançou as bases de uma escola normal superior, com dois anos de curso, para funcionar como a faculdade de educação do Estado.

Circunstâncias, porém, óvias não permitiram a sua instalação. Seria, entretanto, de vantagem que se organizasse para a mesma um currículum mais rico e com maior diversidade de cursos, afim de ser possível a formação de especialistas em todas as atividades escolares modernas. Isso, importa, entretanto, em dar-se maior relêvo à escola, e dotação orçamentária mais vultosa.

O problema de escolas normais está, em grande parte, dependente de uma providência corajosa do Governo, no sentido de criar um instituto educacional superior dessa ordem.

Quanto às escolas normais para a formação do professor elementar, imprimiu-lhes a atual reforma de ensino uma organização que, julgamos, sob vários aspectos, a tornou mais adaptada ao seu fim.

Antes de tudo, exigiu para o ingresso na escola normal, além

do curso elementar de quatro anos, dois anos de curso intermediário, com organização departamentalizada de professores, isto é, com professores para línguas, professores para ciências, professores para história e geografia e professores para desenho e trabalhos manuais.

A organização anterior permitia diretamente o exame de admissão ao primeiro ano normal.

O curso normal, propriamente dito, conservou os quatro anos de estudo, de grau secundário, sendo reorganizado no sentido de se destinarem dois anos à cultura geral e propedêutica e os dois restantes à cultura estritamente profissional, sobretudo o último em que o trabalho do curso se funda no ganho da prática escolar e de ensino.

A observação do ensino nas escolas de aplicação, a participação no ensino e a prática do mesmo nas escolas públicas designadas para esse fim, constituem elementos essenciais hoje na formação do professor baiano e nesse programa da prática profissional se estribam os últimos anos do curso normal.

É o seguinte o programa de prática do ensino nas escolas normais: (art. 562 R).

"Os alunos começarão a frequentar as escolas anexas logo que cursarem o 2º ano normal.

No 2º ano assistirão, pelo menos uma vez por semana, ao funcionamento das classes das escolas primárias.

No 3º ano, sob a direção do professor de pedagogia, assistirão a lições modelos, dadas pelos professores da escola anexa, lições que o professor de pedagogia em seguida explicará e comentará.

No 4º ano, praticarão diretamente o ensino dando lições e regendo, provisoriamente, as classes.

Essas lições constituirão os exercícios didáticos no pri-

Festa desportiva, realiz₂da no "stadium" da Graça
(capital)

Edificio da Escola Normal da Capital

meiro semestre do quarto ano e obedecerão ao seguinte processo: o professor de didática fixará um assunto de aula primária, falá-lo-á, preparar por escrito por todos os alunos e, depois de debatidos e estudados os diferentes planos de aula organizados pelos alunos, designará o aluno que melhor o fizer para proceder à lição.

No segundo semestre, os alunos assumirão, por turmas, a regência das classes, sob as vistas dos professores das escolas anexas. Essa regência poderá estender-se por um, dois ou três dias seguidos. Nêsse segundo semestre o Diretor solicitará ao Diretor Geral a designação de escolas públicas onde, com a assistência dos professores das escolas, os normalistas irão reger pessoalmente, pelo menos durante quinze dias, uma classe de ensino primário.

Tôda prática de ensinar será organizada nas escolas normais com a superintendência do diretor, que providenciará para que essa prática siga a marcha gradativa, do 2º ao 4º ano, compreenda todos os exercícios prescritos e seja rigorosamente obrigatória para todos os alunos. Poderá fazer, para isto, qualquer modificação de horário, transposição de lições e tudo que entender necessário para que se cumpra integralmente o disposto nêsse artigo*.

Representa isto um grande progresso no problema do treino do professor primário, progresso que há de continuar nessas duas direções principais: Curriculum cada vez mais estritamente profissional e facilidades de prática escolar, cada vez mais amplas.

Essas duas medidas não poderão ser postas em prática sem o corpo de especialistas em assuntos de educação (escola normal superior); e, segundo, sem o aparelhamento moderno e eficiente das escolas públicas escolhidas para centros de prática escolar dos estudantes normais.

Mas, existe ao lado dêste, um problema mais premente no sistema escolar baiano: é o que decorre da sua necessária expansão

Aulas de Trabalhos Manuais na Escola Normal da Capital

**"Sala Pasteur" - Aula de Antropologia Pedagógica
na Escola Normal da Capital**

e da ausência de professores com o preparo adequado em número suficiente às necessidades do seu rápido desenvolvimento.

Estado de enorme extensão geográfica, com o território interior praticamente isolado do litoral e da Capital pela falta de sistema de transportes, com uma tremenda diferença de progresso social, daí decorrente, entre suas diversas zonas, a Bahia se vê com um curioso problema de professorado: excesso de professores na Capital e suas circunvizinhanças e absoluta insuficiência de professores no interior do Estado.

Na Capital, três escolas normais, - uma oficial e duas equiparadas, fornecem perto de duzentos professores diplomados por ano, entre alunos que se recrutam na própria Capital e em um perímetro reduzido do interior do Estado. Ora, as necessidades atuais do sistema escolar no raio de ação das escolas normais da Capital não poderão ir além de cinquenta professores por ano.

Bem aei que, si se pudessem ampliar indefinidamente as dotações orçamentárias para o ensino, essa necessidade se ampliaria.

Mas, no momento, como veremos nessa exposição, os fundos orçamentários ao lado da expansão do sistema devem cuidar do seu aparelhamento e daí a necessidade de restringir a fundação de novas escolas, até que se possa dar prédio e instalação às existentes.

O que se está dando com a formação de professorado somente na Capital, é que as escolas do interior ou não são providas ou o são por professores alheios ao meio, que não se fixam.

Daí uma sensível instabilidade do professorado do Estado, e uma impossibilidade de prover as cadeiras mais distantes.

O movimento reorganizados do ensino, no último quadriênio, não descurou de tão alto problema.

A lei do ensino autorizou a instalação, por enquanto, de

três escolas normais no interior.

Duas já foram instaladas, em Caetité e Feira de Santana e diremos adiante do seu funcionamento.

Mas, a velocidade com que se está expandindo o sistema escolar, a ansiedade do baiano para se instruir, definitivamente despertada e o próprio dever do Estado, estão a exigir uma solução completa do problema.

Vale aqui trazer uma ilustração que, parece-nos, é altamente significativa.

Quando, em 1919, ressurgiu depois da grande guerra, a república da Polónia, encontraram-se os seus estadistas com um problema de ensino semelhante ao nosso, mas a que se ajuntavam os problemas de regiões inteiras devastadas pela catástrofe europeia, enormes dívidas externas e enfim todos os problemas de uma nação que recuperava a independência perdida havia mais de um século.

Os seus estadistas, porém, depressa reconheceram que o ressurgimento da Polónia só se faria definitivo se fôsse possível educar a sua população dentro de 25 anos.

Para isto, antes de tudo, tornava-se necessários professores primários, devidamente preparados, em número suficiente, dentro de cinco anos. A Polónia fundou para esse fim 120 escolas normais e o sistema escolar está crescendo à medida que se vai formando um corpo de mestres profissionalmente preparados.

Na Bahia, solução idêntica não poderia ser levada a efeito. Faltavam-nos professores para essas escolas normais.

O problema precisa ter uma solução mais modesta, mas igualmente completa. Instale-se no nordeste uma nova escola normal; auxilie-se a reinstalação da escola normal da Barra (Rio de São Francisco), destruída pela enchente, e teremos o número de escolas normais imprescindível para o momento: uma na zona do sul,